



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No primeiro semestre de 2018, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 139 milhões, correspondendo a R\$ 5.910,07 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.392 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,39% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos. A Instituição possui participação societária nas empresas Aquarius Holdings Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 30 de junho de 2018, o total de Ativos somava R\$ 34.839 milhões, destacando-se R\$ 30.205 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 1.960 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava represen-

tado por R\$ 14.980 milhões de Debêntures, R\$ 14.378 milhões de Depósitos Interfinanceiros e R\$ 13 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 1.481 milhões. A Instituição possuía 5.443.758.914 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 114.342 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses desdoados da Instituição.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	30.355.511	74.617.123	CIRCULANTE	15.092.864	570.707
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.553	4.984	DEPÓSITOS	14.377.764	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	-	19.983.160	Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	14.377.764	12.635
Aplicações no Mercado Aberto	-	19.983.160	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13a)	10.582	12.635
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	30.204.972	54.570.299	Finame	10.582	12.635
Carteira Própria	30.162.304	54.516.891	OUTRAS OBRIGAÇÕES	704.518	558.072
Vinculados à Prestação de Garantias	42.668	53.408	Sociais e Estatutárias	-	27.766
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(13.408)	(53.394)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	10.291	9.500
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 15b)	694.227	520.806
- Setor Privado	803.825	1.050.327			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(774.509)	(1.008.998)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.354.186	75.947.512
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(42.364)	(94.723)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	14.979.520	74.162.011
OUTROS CRÉDITOS	151.372	88.694	Recursos de Debêntures	14.979.520	74.162.011
Diversos (Nota 8)	151.372	88.694	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13a)	2.409	15.570
OUTROS VALORES E BENS	6.662	23.380	Finame	2.409	15.570
Outros Valores e Bens	51.899	91.057	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.372.257	1.769.931
Provisões para Desvalorizações	(45.274)	(67.677)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	337.863	392.755
Despesas Antecipadas	37	-	Diversas (Nota 15b)	1.034.294	1.377.176
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.006.255	1.334.565	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	3.391.858	3.357.449
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.183	386.032	Capital:		
Aplicações no Mercado Aberto	1.183	384.930	- De Domiciliados no País	2.312.267	2.312.267
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.183	1.102	Reservas de Lucros	1.079.599	1.045.176
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(45.422)	(63.984)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(8)	6
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	1.049.426	1.174.683			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.049.323)	(1.174.529)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(45.525)	(64.138)			
OUTROS CRÉDITOS	1.050.460	1.012.390			
Diversos (Nota 8)	1.050.460	1.012.390			
OUTROS VALORES E BENS	34	127			
Despesas Antecipadas	34	127			
PERMANENTE	3.477.142	3.923.980			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	62.640	60.358			
Participações em Coligadas:					
- No País	55.825	53.543			
Outros Investimentos	26.394	26.394			
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.728	2.737			
Imóveis de Uso	25.056	25.056			
Outras Imobilizações de Uso	-	155			
Depreciações Acumuladas	(22.328)	(22.474)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7j)	3.411.774	3.890.885			
Bens Arrendados	5.629.518	6.785.519			
Depreciações Acumuladas	(2.217.744)	(2.924.634)			
TOTAL	34.838.908	79.875.668	TOTAL	34.838.908	79.875.668

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2018	2017			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.701.725	5.995.734			
Operações de Crédito (Nota 7h)	19.140	28.331			
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i)	710.248	883.910			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	972.337	5.083.493			
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.531.473)	(5.817.246)			
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(972.060)	(5.081.465)			
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 13b)	(190)	(396)			
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7j)	(608.623)	(751.732)			
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	170.252	178.488			
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(11.037)	13.540			
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(8.941)	(8.686)			
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(8.941)	(8.686)			
Despesas Tributárias (Nota 18)	(21.748)	(10.451)			
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.014	1.857			
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	31.052	48.206			
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(12.414)	(17.386)			
RESULTADO OPERACIONAL	159.215	192.028			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 21)	(12.024)	(17.024)			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	147.191	174.519			
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (NOTA 23)	(7.802)	(57.609)			
Provisão para Imposto de Renda	9.136	(28.220)			
Provisão para Contribuição Social	(1.868)	(19.447)			
Ativo Fiscal Diferido	(15.070)	(9.342)			
LUCRO LÍQUIDO	139.389	116.910			
Número de ações (Nota 16a)	23.585	23.585			
Lucro por ação em R\$	5.910,07	4.956,96			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2018	2017			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	147.191	174.519			
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	532.725	673.022			
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.400)	(16.347)			
Depreciação e Amortização	442.414	554.746			
Provisões/(Reversões) Cíveis e Fiscais	5.431	(1.901)			
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.014)	1.857			
Insuficiência de Depreciação	126.110	139.039			
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	8.965	12.346			
Outros	219	-			
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	679.516	847.541			
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.745.219	(1.021.887)			
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	24.061.891	29.059.007			
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	21.888	1.838			
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(11.033)	(20.477)			
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(235.064)	(66.939)			
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	14.377.764	-			
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.793)	(12.520)			
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(96.350)	(232.184)			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.078)	(13.059)			
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	44.446.158	28.441.019			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:					
Dividendos Recebidos	30	40			
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	30	40			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	(48.667.716)	(27.791.030)			
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(281.350)	(19.593)			
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(48.949.066)	(27.810.683)			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.502.878)	630.376			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	4.508.431	4.831.380			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	5.553	5.461.756			
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.502.878)	630.376			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Leasing evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As informações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido ("VRG")

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superávit/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: a) bens móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de Arrendamento (Nota 7j).

V - Superavência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superavência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7j), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

continuação



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição das empresas coligadas e controladas está apresentada na Nota 9.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 10.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Os recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses estão apresentados nas Notas 12 e 13.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como passivos não são provisionadas e nem divulgadas;

- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 14.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

b) Classificação por categoria e prazos

	2018			2017		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos (1)						
Títulos para negociação (3)	30.067.853	-	19.435	117.684	30.204.972	30.204.975
Letras do tesouro nacional	25.774.945	-	-	-	25.774.945	25.774.945
Notas do tesouro nacional	2.970.595	-	-	-	2.970.595	2.970.595
Letras financeiras do tesouro	290.165	-	19.435	116.157	425.757	425.760
Cotas de fundos (4)	1.032.148	-	-	-	1.032.148	1.032.148
Debêntures	-	-	-	1.527	1.527	1.527
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-
Total em 2018	30.067.853	-	19.435	117.684	30.204.972	30.204.975
Total em 2017	51.082.263	225.272	248.442	2.214.222	54.570.299	54.570.299

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimento foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
- No encerramento do semestre a Bradesco Leasing possuía R\$ 30.162.304 mil (2017 - R\$ 54.516.891 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços por características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
- (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
- (4) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andromeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil		
	2018	2017	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	13.513	1.314.879	
Títulos de renda fixa	958.824	3.768.614	
Total	972.337	5.083.493	

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas consistentes com as melhores práticas internacionais. Destacam-se, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*: composta por operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, delidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações delidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem;

- Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	Carteira <i>Banking</i> (1)					
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais						
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(80)	(16.833)	(32.274)	(91)	(21.147)	(40.989)
Índices de preços						
Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(4)	(392)	(654)	(2)	(234)	(446)
Cupom cambial						
Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(221)	(435)	-	(25)	(50)
Moeda estrangeira						
Exposições sujeitas à variação cambial	(111)	(2.785)	(5.571)	(48)	(1.198)	(2.395)
Renda variável						
Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(495)	(12.379)	(24.758)	(314)	(7.853)	(15.706)
Sobranos/eurobonds e <i>treasuries</i>						
Exposições sujeitas à variação taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(16)	(1.107)	(2.155)	(7)	(382)	(741)
Total sem correlação	(708)	(33.717)	(65.847)	(462)	(30.839)	(60.237)
Total com correlação	(572)	(26.505)	(51.667)	(284)	(15.445)	(29.653)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Antima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,85 foi utilizado um cenário de R\$ 3,89, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 7,65% foi aplicado um cenário de 7,66%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,85 foi utilizado um cenário de R\$ 4,82, enquanto para uma taxa de 7,65% foi utilizado um cenário de 9,56%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choques de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,85 foi utilizado um cenário de R\$ 5,78, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 7,65% foi utilizado um cenário de 11,47%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choques de 50% nas respectivas curvas ou preços.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Arrendamentos financeiros a receber	1.853.251	2.225.010
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(1.823.832)	(2.183.527)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7))	5.629.518	6.785.519
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7))	(2.217.744)	(2.924.634)
- Depreciações acumuladas	(3.102.837)	(4.073.922)
- Superveniência de depreciação	885.093	1.149.288
Valor residual garantido antecipado (Nota 15b)	(1.481.254)	(1.599.295)
Total do valor presente (1)	1.959.939	2.303.073

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 1.963.980 mil (2017 - R\$ 2.271.197 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

c) Carteiras e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2018 (A)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	91.603	80.671	83.652	233.651	376.234	1.030.299	1.896.110
Total em 2018	91.603	80.671	83.652	233.651	376.234	1.030.299	1.896.110
Total em 2017	116.867	106.224	102.463	271.608	443.708	1.058.591	2.099.461

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	% Mínimo de provisionamento requerido		Minima requerida		Provisão		Total em 2018		Total em 2017	
		Específica		Total específica		Total		Excedente		%	
		Vencidas	Vincendas	Total específica		Genérica	Total	Excedente		%	
AA	-	-	-	-	-	-	-	229	229	0,3	-
A	0,5	-	-	-	-	1.721	1.721	61	1.782	2,0	1,6
B	1,0	1	10	11	11.848	11.859	188	12.047	13,7	12,785	8,0
C	3,0	15	214	229	1.100	1.329	1.361	2.690	3,1	3,183	2,0
Subtotal		16	224	240	14.669	14.909	1.839	16.748	19,1	18,464	11,6
D	10,0	49	244	293	1.044	1.337	160	1.497	1,7	6,292	4,0
E	30,0	278	1.270	1.548	6.466	8.014	27	8.041	9,1	10,138	6,4
F	50,0	384	2.836	3.220	1.543	4.763	116	4.879	5,6	4,375	2,8
G	70,0	491	1.071	1.562	199	1.761	-	1.761	2,0	17,331	10,9
H	100,0	10.092	28.324	38.416	54.967	54.963	303	54.963	62,5	102,261	64,3
Subtotal		11.294	33.745	45.039	70.838	71.141	303	71.141	80,9	140,397	88,4
Total geral em 2018		11.310	33.969	45.279	112.985	112.985	1,621	114.606	100,0	158,861	100,0
%		12,9	38,7	51,6	46,0	97,6	2,4	99,0	100,0		
Total geral em 2017		37.562	75.423	112.985	112.985	112.985	1,621	114.606	100,0	158,861	100,0
%		23,6	47,5	71,1	27,9	99,0	1,0	100,0	100,0		

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos resíduos parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial	143.317	182.031
Reversão líquida de constituição de provisão	(49.400)	(16.347)
Baixas por prejuízo	(6.028)	(6.823)
Saldo final (Nota 7))	87.889	158.861
- Provisão específica (1)	45.279	112.985
- Provisão genérica (2)	40.468	44.256
- Provisão excedente (3)	2.142	1.621

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7)).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 24.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	5.553	4.984
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	5.456.772
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.553	5.461.756

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (1):							
Posição bancada	-	-	-	-	-	-	20.368.090
• Debêntures	-	-	-	-	-	-	20.368.090
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	-	-	-	-	-	-	1.102
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	1.102
Total em 2018	-	-	-	-	-	-	1.102
%	-	-	-	-	-	-	100,0
Total em 2017	5.439.224	3.807.546	1.202.880	8.463.104	1.070.406	386.032	20.369.192
%	26,7	18,7	5,9	41,5	5,3	1,9	100,0

(1) As aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros são acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI.

b) Recoltes de aplicações

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

j) Imobilizado de arrendamento (1)

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Veículos e afins	1.501.715	2.244.004
Máquinas e equipamentos	1.872.514	2.309.221
Aeronaves	1.473.959	1.347.181
Outros	270.776	294.087
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3f - IV)	510.554	591.026
Total de bens arrendados (Nota 7b)	5.628.518	6.765.519
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.102.837)	(4.073.922)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V)	885.093	1.149.288
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(2.217.744)	(2.924.634)
Imobilizado de arrendamento	3.411.774	3.860.885

(1) A Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 130.041 mil (2017 - R\$ 254.360 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 3.831 mil (2017 - R\$ 115.321 mil) com a realização de superveniência classificada em bens

não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 126.110 mil (2017 - R\$ 139.039 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia	480.875	466.478
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	458.589	346.190
Créditos tributários (Notas 23c e 23d)	248.612	271.987
Pagamentos a ressarcir	13.733	13.488
Devedores por compra de valores e bens	-	2.701
Outros	23	240
Total	1.201.832	1.101.084

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido
Aquarius Holdings Ltda. (1)	50.000	91.349
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	550.000	2.164.317
Total	600.000	2.255.666

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (2017 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	402	402
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Taxa anual	Custo
Imóveis de uso:		
- Terrenos	4%	2.714
- Edificações		22.342
Total em 2018	25.056	(22.328)
Total em 2017	25.211	(22.474)

11) DEPÓSITOS

a) Depósitos interfinanceiros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias
Depósitos interfinanceiros	6.375.797	8.001.967
Total em 2018	6.375.797	8.001.967
%	44,3	55,7
Total em 2017	-	-

b) Despesa de captação

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	171.331	1.899
Despesas de debêntures (Nota 12c)	800.729	5.079.566
Total	972.060	5.081.465

12) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Valor da operação	Vencimento
Emissão	2018	2017
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	100% CDI
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025
Janerio/2008 (4)	6.750.000	2028
Junho/2011 (5)	4.750.000	2026
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032
Total	43.075.000	100% CDI

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 25.583.355 (2017 - 12.015.106) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 11.088.038 mil (2017 - R\$ 4.854.472 mil).

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 32.750.179 (2017 - 10.782.122) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 14.207.001 mil (2017 - R\$ 4.356.308 mil).

Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 62.532.046 (2017 - 32.038.954) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 35.802.334 mil (2017 - R\$ 12.944.720 mil).

Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 64.964.777 (2017 - 47.771.022) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 16.667.322 mil (2017 - R\$ 12.784.809 mil).

(5) Simples, 8ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão até a data da incorporação (20/06/2016), a partir desta data passou para 4.750.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 14.540.065 (2017 - 3.445.784.107) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 8.378.411 mil (2017 - R\$ 6.472.209 mil) da 1ª série e 83.388.492 (2017 - 45.499.911) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 8.408.433 mil (2017 - R\$ 4.273.120 mil) da 2ª série.

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 1.000.000.000 (2017 - 36.198.170) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 17.780.437 mil (2017 - R\$ 599.452 mil).

b) Repatuação de debêntures

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, não houve repatuação de debêntures.

c) Despesas de debêntures

O montante das despesas de atualização das operações de debêntures nos semestres findos somou R\$ 800.729 mil (2017 - R\$ 5.079.566 mil) (Nota 11b).

13) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias
- FINAME	4.089	806
Total em 2018	4.089	806
%	31,5	6,2
Total em 2017	1.645	1.405
%	5,8	5,2

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no semestre somou - R\$ 190 mil (2017 - R\$ 396 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/82, nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por desvirtuamento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 23.481 mil (2017 - R\$ 22.948 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas ao artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 122.883 mil (2017 - R\$ 122.883 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 12º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

III - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92.650	124.271
Atualização monetária	1.390	2.057
Constituições líquidas de reversões e baixas	1.984	-
Pagamentos	(2.812)	-
Saldo em 30 de junho de 2018 (Nota 15b)	93.212	126.328
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 15b)	87.265	170.825

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

a) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu", e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.373.405 mil (2017 - R\$ 1.419.432 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Colinas, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 121.387 mil (2017 - R\$ 116.607 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 23c)	337.963	-
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	7.908
Impostos e contribuições a recolher	10.291	1.591
Total	348.254	402.255

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	1.481.254	1.599.295
Provisão para riscos fiscais (Nota 14b)	126.328	170.825
Provisões civis (Nota 14a)	93.212	87.265
Obrigações por aquisição de bens e direitos	579	1.091
Outras	27.148	39.486
Total	1.728.521	1.897.982

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (2017 - R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 (2017 - 23.585) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	1.079.599	1.045.176
- Reserva legal (1)	276.851	259.968
- Reservas estatutárias (2)	802.748	785.208

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos/juros sobre o capital próprio relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido	139.389	116.910
(1) Reserva legal sobre o lucro	(9.670)	(5.846)
Base de cálculo	132.419	111.064
Dividendos propostos (1)	-	27.766
Juros sobre o capital próprio (2)	131.000	-
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(19.695)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) a pagar	111.350	-
Percentual em relação à base de cálculo	84,1%	25,0%
Valor em Reais por ação	4.721,22	1.177,27

(1) Em 2018 não houve distribuição de dividendos, devido aos juros sobre capital próprio ter sido superior ao mínimo obrigatório; e
(2) Como Ata de Reunião da Diretoria realizada em 30 de maio de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 131.000 mil, pago em 28 de junho de 2018.

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

</
